



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ADAMA CORCA SANI

**DESAFIOS DA RETOMADA DA ESTABILIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA NA
GUINÉ-BISSAU APÓS CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998-1999**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

ADAMA CORCA SANI

**DESAFIOS DA RETOMADA DA ESTABILIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA NA
GUINÉ-BISSAU APÓS CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998-1999**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de
Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

ADAMA CORCA SANI

**DESAFIOS DA RETOMADA DA ESTABILIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA NA
GUINÉ-BISSAU APÓS CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998-1999**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 29/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dr.a Ana Cláudia Gomes de Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. M.e Habina Luís Nhanque

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
4	JUSTIFICATIVA	8
5	REFERENCIAL TEÓRICO	8
5.1	ESTADO PÓS-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU	8
5.2	INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISES INSTITUCIONAIS NA GUINÉ-BISSAU	12
5.3	SISTEMA POLÍTICO E MILITAR NA GUINÉ-BISSAU	13
5.4	CONFLITO POLÍTICO E MILITAR DE 1998-1999	14
6	METODOLOGIA	16
7	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os fatores que contribuíram para a instabilidade política na Guiné-Bissau, com destaque para o conflito político-militar de 1998-1999, evidenciando os elementos de continuidade e ruptura que marcaram esse período da história política do país. A pesquisa adota uma perspectiva histórica, procurando compreender os acontecimentos e processos que influenciaram a construção do Estado pós-colonial e a configuração do cenário político guineense.

A abordagem adotada nesta pesquisa aproxima-se de uma perspectiva voltada para a compreensão das dinâmicas políticas e das relações de poder presentes no contexto da Guiné-Bissau. Partindo dessa visão, considera-se que os fatores políticos possuem grande relevância para entender os processos de crise e instabilidade, especialmente no período do conflito político-militar de 1998-1999. Assim, busca-se compreender como as disputas entre diferentes grupos e setores ligados ao Estado, bem como as estratégias e interesses das elites políticas e militares, influenciaram os acontecimentos que marcaram esse período e contribuíram para as mudanças e rupturas no cenário político guineense.

Após a independência, a Guiné-Bissau enfrentou grandes dificuldades na construção de um Estado estável e democrático, convivendo com crises políticas constantes, fragilidade institucional e forte influência das forças armadas no poder político. Nesse cenário, o conflito político-militar de 1998-1999 destacou-se como um dos momentos mais críticos da história do país, resultando de tensões entre lideranças políticas e militares que acabaram desencadeando uma crise nacional. Esse conflito provocou impactos profundos na vida social, econômica e política da população, além de revelar as limitações do Estado pós-colonial na gestão de conflitos internos e na consolidação de instituições capazes de garantir estabilidade e governabilidade.

Segundo Silva (2024), a Guiné-Bissau permaneceu sob domínio colonial português por mais de cinco séculos, período em que os povos originários foram inferiorizados, desumanizados e submetidos à violência e à exploração, especialmente pelo sistema escravista vinculado aos interesses econômicos do colonialismo.

Por sua vez, Silva (2024) destaca que compreender a distinção entre colonialismo e colonialidade é essencial para analisar as relações de poder, cultura e identidade que permanecem na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, Silva (2024) afirma que o colonialismo corresponde ao período histórico em que as potências europeias exerceram

domínio e exploração sobre diferentes regiões do mundo, impondo seus modelos políticos, culturais e econômicos aos povos colonizados.

Essa ideia mostra que o colonialismo não deixou apenas consequências políticas e econômicas, mas também impactos sociais, culturais e psicológicos que ainda influenciam muitos países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, principalmente nas questões de poder e identidade social.

Quanto à contextualização geográfica, a Guiné-Bissau é um pequeno país situado na África Ocidental. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal e ao sul e a leste com a República da Guiné-Conacri. Segundo o Banco Mundial (2021), a Guiné-Bissau possui um território de aproximadamente 36.125 km² e uma população de cerca de dois milhões de habitantes. Apesar de sua pequena extensão territorial, apresenta grande diversidade étnica e cultural (Silva, 2024).

Figura 1 - Mapa política de Guiné-Bissau



Fonte: Google. Mapa da Guiné-Bissau.

Disponível em: <https://shre.ink/jjP3>. Acesso em: 10 abr. 2026.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2009),

existem entre 30 e 40 grupos étnicos no país. Entre os principais, destacam-se os fulas, que representam 28,5% da população e concentram-se nas regiões de Gabú e Bafatá, no leste do país. Os balantas correspondem a 22,5% da população e estão localizados, sobretudo, nas regiões de Tombali e Oio. Os mandingas representam 14,7% e habitam o norte do território. Há, ainda, os pepéis (9,1%), manjacos (8,3%), biafadas (3,5%), mancanhas (3,1%), bijagós (2,15%), felupes (1,7%) e masoancas (1,4%).

Por sua vez, Silva (2024) argumenta que há uma parcela da população que não se identifica com nenhuma das etnias mencionadas.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Ao longo dos anos, muito se tem discutido sobre o conflito político-militar que levou a Guiné-Bissau a uma guerra civil, cujas consequências continuam a se refletir na classe política e nas Forças Armadas. Diante desse contexto, questiona-se: Como a relação entre o poder civil e as Forças Armadas contribuiu para o desencadeamento do conflito político-militar de 1998-1999 e para a fragilidade do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar como a relação entre o poder civil e as Forças Armadas contribuiu para o desencadeamento do conflito político-militar de 1998-1999 e para a fragilidade do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau.

3.2 ESPECÍFICOS

- Contextualizar o processo de formação do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau após a independência, examinando a relação entre o poder civil e as Forças Armadas na organização política do Estado.
- Identificar os fatores políticos, institucionais e militares que contribuíram para o desencadeamento do conflito político-militar de 1998-1999.
- Analisar os impactos do conflito político-militar de 1998-1999 sobre a estabilidade política e o fortalecimento das instituições estatais na Guiné-Bissau.

4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema sobre o Estado pós-colonial e a instabilidade política na Guiné-Bissau surge do interesse em compreender os fatores históricos e políticos que contribuíram para as sucessivas crises enfrentadas pelo país após a independência. Por se tratar de um tema relacionado à realidade guineense, o estudo desperta interesse pessoal pela necessidade de refletir sobre os impactos do conflito político-militar de 1998–1999 na sociedade e na construção do Estado nacional. Além disso, a pesquisa representa uma oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre a história política do país e contribuir para os debates relacionados à paz, à estabilidade e à democracia.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa é relevante porque contribui para os estudos sobre o Estado pós-colonial, a instabilidade política e as relações entre o poder político e o militar em contextos africanos. O conflito político-militar de 1998–1999 constitui um marco importante na história contemporânea da Guiné-Bissau, mas ainda requer maiores reflexões no campo das Ciências Sociais e Políticas. Assim, o estudo busca ampliar as discussões acadêmicas sobre os desafios da consolidação democrática, a fragilidade institucional e as consequências das crises políticas em Estados pós-coloniais africanos.

Do ponto de vista social e político, a pesquisa é importante porque permite compreender como os conflitos políticos e militares afetam diretamente a população e o desenvolvimento do país. O conflito de 1998-1999 provocou deslocamentos populacionais, crises econômicas, insegurança social e enfraquecimento das instituições estatais na Guiné-Bissau. Dessa forma, analisar esse episódio possibilita refletir sobre a necessidade de fortalecimento das instituições democráticas, da estabilidade política e da construção de mecanismos de resolução pacífica de conflitos. O estudo também pode contribuir para os debates sobre governança, cidadania e construção da paz no contexto guineense.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 ESTADO PÓS-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU

De acordo com Gomes (2010), o Estado, na concepção moderna, é uma sociedade política e juridicamente organizada, tendo como elementos o povo, o território e a soberania. A organização jurídica e política do Estado fundamenta-se na Constituição. Enquanto pessoa

jurídica, o Estado é sujeito de direitos e obrigações. O Estado de Direito caracteriza-se pelo primado da lei sobre o poder e os indivíduos.

Miranda (2003) defende que a Guiné-Bissau, mesmo sendo um Estado frágil, passa por processos de mudança que exigem reformas para fortalecer as instituições. Nessa perspectiva, Gomes (2010) complementa que as formas de Estado estão em constante transformação.

Segundo Gomes (2010), embora não exista um modelo único de democracia, alguns valores são considerados fundamentais para sua existência, entre eles a liberdade, a igualdade, a tolerância e a participação dos cidadãos na vida política. A autora destaca, ainda, que a democracia moderna está diretamente ligada ao princípio da separação dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, elemento essencial para sua estabilidade (Gomes, 2010).

No caso da Guiné-Bissau, a implantação da democracia ocorreu sem a consolidação de um verdadeiro Estado de Direito e sem a efetiva despolitização das Forças Armadas. Além das reformas constitucionais e legais realizadas, seria necessário também desmontar as estruturas coercivas herdadas do regime de partido único. Com base em Miranda (2007), Gomes (2010) argumenta que não basta apenas proclamar a democracia, sendo indispensável a existência de instituições democráticas sólidas capazes de garantir o funcionamento de um Estado democrático de Direito.

Para Gomes (2010), as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), em sua maioria, eram compostas por antigos guerrilheiros da luta armada de libertação nacional que, após a independência, passaram a constituir o exército nacional. Entretanto, desde 1974, data efetiva da assunção do PAIGC ao poder na Guiné-Bissau, até 1998, ano do conflito político-militar, não havia uma política de Defesa Nacional concretizada em legislação que definisse as missões das FARP.

Assim, Gomes (2010) afirma que:

Foi após o conflito político-militar que o poder político se apercebeu de que havia algo de errado com o vazio legal. Em 1999, foram aprovadas a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, que criou o Conselho Nacional Superior de Defesa, presidido pelo Presidente da República e integrado pelo Governo, por meio do Primeiro-Ministro e de alguns Ministros, incluindo os da Defesa, do Interior e dos Negócios Estrangeiros, bem como a Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas.

Através desse contexto, podemos entender de que o conflito político-militar revelou fragilidades institucionais importantes no Estado da Guiné-Bissau, levando o poder político a reconhecer a necessidade de criar mecanismos legais e institucionais para organizar melhor as Forças Armadas e fortalecer a estrutura de defesa nacional.

De acordo com Monteiro e Morgado (2009 *apud* Gomes, 2010),

as leis foram instituídas com o propósito de complementar as normas constitucionais e definir as funções específicas das Forças Armadas em tempos de paz. Entretanto, a continuidade da interferência militar na política, associada a episódios de violência e assassinatos de opositores, evidencia um distanciamento entre a prática e o que é estabelecido pela Constituição e pela legislação vigente, revelando a necessidade de reformas mais profundas no setor de Defesa e Segurança.

Diante desse cenário, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), passaram a demonstrar interesse em apoiar esse processo de reforma na Guiné-Bissau.

Dessa forma, Monteiro e Morgado (2009 *apud* Gomes, 2010) afirmam que

a Reforma do Setor da Segurança (RSS), concebida pela União Europeia, abrange não apenas o setor da Defesa, mas também os setores da Justiça, da Administração Pública, outras áreas de soberania do Estado e setores não governamentais. Os autores destacam que, embora algumas reformas já tivessem sido iniciadas pelo Governo guineense, especialmente nas áreas da Administração Pública e da Justiça, a implementação e o êxito da RSS dependem da vontade política e militar, bem como do apoio financeiro e material da comunidade internacional. Além disso, observam que a missão da União Europeia em Bissau alcançou avanços limitados na implementação da reforma, evidenciando a necessidade de identificar os fatores que dificultam sua execução e de redefinir as estratégias de atuação.

Conforme Gomes (2010, p. 16),

as FARP estão divididas em facções e mal conseguem assegurar a estabilidade no seu próprio seio e muito menos garantir a estabilidade e a paz na Guiné-Bissau. E sem paz, não há desenvolvimento. Portanto, é necessário uma reconciliação e ordem no seio da classe castrense, para afastar qualquer pretensão de luta pelo poder, através do uso da força. E compete ao poder político propor medidas corretivas da desordem.

De acordo com Moreira (2024), a liberdade está vinculada à capacidade de autodeterminação dos povos, à superação da colonização, à rejeição do uso da força e das intervenções externas, bem como à recusa de acordos desiguais e da presença de ocupações estrangeiras.

Nesse caso, para Semedo (2011), a proclamação do Estado da Guiné-Bissau, sob a perspectiva do Direito Internacional, baseia-se em quatro princípios fundamentais: liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional. O autor explica que a universalidade está ligada à participação ampla e efetiva na cooperação entre os países. Já o princípio da igualdade de direitos refere-se à rejeição de relações de dominação, ao reconhecimento da soberania igual entre os Estados e ao direito sobre os recursos naturais. Em

relação à cooperação internacional, esta envolve aspectos relacionados aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e ao direito ao desenvolvimento dos povos.

Na sequência, Semedo (2011) afirma que,

com o término das negociações, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ingressou na cidade de Bissau, em outubro de 1974, para inaugurar a Primeira República. Segundo o autor, esse momento marcou o início do desafio de administrar a complexa máquina burocrática do Estado, especialmente diante das contradições inerentes à gestão pública, como a distribuição de cargos públicos e a garantia do bem-estar da população.

Percebe-se através do autor de que, após a independência, o Estado da Guiné-Bissau passou a enfrentar grandes desafios ligados à organização da administração pública e à garantia das necessidades da população, fatores que contribuíram para futuras fragilidades políticas e institucionais.

De acordo com Moreira (2024),

o contexto do período da independência da Guiné-Bissau caracterizava-se por elevada complexidade, uma vez que era a primeira ocasião em que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) assumia as responsabilidades inerentes à condução de um Estado. O autor destaca que o partido enfrentava limitações decorrentes da reduzida experiência técnico-administrativa de seus membros, o que comprometia o funcionamento da máquina pública. Além disso, o processo de independência ocorreu sem considerar plenamente as especificidades das colônias, circunstância que também se verificou no caso da Guiné-Bissau.

Nessa perspectiva, Semedo (2011 *apud* Moreira, 2024) argumenta que:

o novo Estado deparou-se com sérias dificuldades em razão da inexistência de uma estrutura técnico-administrativa nacional capaz de assegurar o funcionamento da administração pública e responder às demandas do período pós-independência. O autor acrescenta que esse cenário foi agravado pelos efeitos dos onze anos de conflitos militares e diplomáticos, aliados às pressões internas pela retirada da metrópole colonial, fatores que dificultaram a consolidação de bases políticas e institucionais suficientemente sólidas para a implementação de um novo modelo de governação na Guiné-Bissau.

Como salienta Semedo (2009),

a conquista da independência da Guiné-Bissau apresentou características distintas quando comparada à de outras ex-colônias francesas e britânicas, como Guiné-Conacri, Senegal, Gâmbia, Serra Leoa e Mali. Nesses países, o processo de independência ocorreu, em grande medida, por vias pacíficas. Em contrapartida, nos territórios colonizados por Portugal, como Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, a insuficiência de diálogo entre a metrópole e os movimentos de libertação contribuiu para o desencadeamento de conflitos armados como meio de conquista da independência.

Em virtude dos fatos mencionados, compreende-se que o processo de construção do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau foi marcado por desafios relacionados à consolidação institucional, à organização administrativa e ao fortalecimento das estruturas democráticas. As discussões apresentadas nesta seção demonstram que a transição para a independência e a formação do novo Estado ocorreram em um contexto de limitações políticas, jurídicas e técnico-administrativas, que influenciaram o funcionamento das instituições estatais. Desse modo, observa-se que as dificuldades relacionadas à estruturação da Defesa Nacional, à relação entre as Forças Armadas e o poder político, bem como à implementação de reformas voltadas ao fortalecimento do Estado de Direito, constituíram elementos importantes nesse processo. Assim, a literatura analisada evidencia que a experiência pós-colonial guineense foi marcada por desafios decorrentes da construção de instituições capazes de responder às exigências da governação, da democracia e da organização do Estado após a independência.

5.2 INSTABILIDADE POLÍTICA E CRISES INSTITUCIONAIS NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país que, desde a independência, enfrenta sérios problemas relacionados à fragilidade do Estado de direito e à persistente instabilidade política.

Segundo Cardoso (1995 *apud* Cá, 2023), entre 1973 e 1994, a Guiné-Bissau foi governada sob um regime de partido único, caracterizado pela forte presença de militares que haviam participado da luta de libertação nacional. Além disso, Cá (2023) salienta que os primeiros vinte anos da independência do país foram marcados por tensões político-militares no interior do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em diversas ocasiões, esses conflitos resultaram em torturas, prisões e assassinatos de figuras políticas e militares que integravam as estruturas do poder estatal guineense.

Mesmo após aderir ao liberalismo democrático, a Guiné-Bissau continua enfrentando um cenário marcado por recorrentes crises políticas e institucionais, que envolvem tanto os atores políticos quanto os militares. Conforme destaca Augel (2007), a instabilidade não cessou com a abertura democrática, uma vez que as tensões políticas permaneceram.

Segundo Nhaslambé (2024), desde a proclamação de sua independência, em 24 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau enfrenta desafios persistentes relacionados à instabilidade política. O autor destaca que, desde a abertura democrática, nenhum governo eleito conseguiu concluir integralmente o seu mandato de quatro anos.

Por sua vez, Aníran Kafft Kosta (2016) afirma que os primeiros-ministros são frequentemente destituídos pelo Presidente da República ou deixam o cargo em decorrência da não aprovação do programa de governo pela Assembleia Nacional Popular (ANP).

Portanto, a literatura analisada nesta seção converge ao demonstrar que a instabilidade política e as crises institucionais constituem características persistentes da trajetória pós-independência da Guiné-Bissau. Além disso, as dificuldades relacionadas à consolidação democrática, à recorrência de conflitos político-militares e à descontinuidade dos governos evidenciam a permanência de desafios para o fortalecimento das instituições e do Estado de Direito no país.

5.3 SISTEMA POLÍTICO E MILITAR NA GUINÉ-BISSAU

O sistema político da Guiné-Bissau caracteriza-se pela recorrência de crises políticas e institucionais, bem como pela significativa influência das Forças Armadas na dinâmica do poder. Nesse contexto, a compreensão da relação entre as instituições políticas e o poder militar é fundamental para analisar os desafios enfrentados pelo Estado pós-colonial na consolidação do Estado Democrático de Direito. Segundo Gomes (2010),

após a Proclamação da Independência da Guiné-Bissau, em 1973, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), criadas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) durante a luta de libertação nacional, passaram a exercer a função de exército nacional e a integrar alguns órgãos de soberania do Estado. Até 1991, as FARP permaneceram fortemente vinculadas ao partido e à atividade política. Contudo, com a transição do sistema monopartidário para o multipartidarismo, foram oficialmente despartidarizadas. Apesar dessa mudança, os militares guineenses continuaram a interferir na vida política do país, em desacordo com o princípio constitucional da subordinação das Forças Armadas ao poder civil.

Nesse contexto, o presente estudo busca analisar o papel das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) à luz da Constituição da República da Guiné-Bissau, bem como examinar a influência do poder militar na fragilização do Estado de Direito e da democracia. Além disso, pretende discutir as consequências dessa intervenção para a consolidação do Estado e os desafios relacionados ao fortalecimento das instituições democráticas na Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau atravessou diversas crises políticas e institucionais, marcadas por acontecimentos que contribuíram significativamente para a instabilidade política, governativa e socioeconômica do país. Entre esses eventos, destacam-se o golpe de Estado de 1980, a guerra civil de 1998-1999, o golpe de Estado de 2003, os assassinatos do Presidente da República,

João Bernardo Vieira, e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Tagme Na Waie, ambos em 2009, bem como o golpe de Estado de 2012. Em outras palavras, desde a sua constituição como Estado independente, a Guiné-Bissau tem vivenciado sucessivas crises políticas que, segundo Cá (2023), ainda não encontraram uma solução duradoura.

De acordo com Gomes (2010),

os militares participaram do compartilhamento do poder político na Guiné-Bissau desde os primeiros anos da independência e ao longo do período do sistema monopartidário estruturado no modelo de “Partido-Estado”. Nesse contexto, passaram a ocupar cargos relevantes nos Poderes Legislativo e Executivo, exercendo funções como deputados, ministros, primeiros-ministros e presidentes da República.

Dessa forma, durante dezoito anos, não houve uma separação clara entre a função militar e o exercício do poder político, caracterizando um regime de natureza militarizada. Além disso, tornou-se comum considerar, como critério para a ocupação de cargos políticos, a participação ativa na luta armada e a posse de alta patente nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

Para Amaral (2005 *apud* Gomes, 2010), as relações de poder, de modo geral, na África e, em particular, na Guiné-Bissau, não se restringem à esfera política nem constituem um sistema propriamente separado. Ao contrário, encontram-se disseminadas nas redes dos diferentes grupos sociais, especialmente na classe castrense.

Desse modo, o poder, no âmbito político, resulta da atribuição de competências a determinados órgãos ou conjuntos de órgãos do Estado. Na Guiné-Bissau, com exceção do período do regime monopartidário, os militares não detêm competência política formal, uma vez que o exercício do poder político é constitucionalmente reservado aos civis. Contudo, na prática, as Forças Armadas exercem influência significativa sobre a dinâmica política, impondo, com frequência, os seus interesses. Assim, a predominância do poder militar configura uma realidade difícil de ignorar e amplamente debatida no contexto guineense.

5.4 CONFLITO POLÍTICO E MILITAR DE 1998-1999

A guerra civil ocorrida entre 1998 e 1999 teve origem na acusação feita pelo Presidente da República, João Bernardo Vieira, contra o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Ansumane Mané, de envolvimento no tráfico de armas destinadas aos rebeldes de Casamansa, localizada no sul do Senegal e marcada por um conflito separatista. Ainda conforme Koudawo (2001), a crise iniciada em 7 de junho de 1998, que submeteu o país a um longo período de

violência durante onze meses, teve origens múltiplas e bastante complexas. Consoante Silva (2017), o conflito foi desencadeado pela exoneração de Ansumane Mané do comando do Exército, em decorrência dessa acusação, posteriormente considerada infundada.

De acordo com Koudawo (2001), a causa mais imediata do conflito esteve relacionada ao tráfico de armas destinadas ao movimento independentista de Casamansa, conhecido como Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC). Contudo, essa crise somente pode ser compreendida de forma mais ampla quando se considera um conjunto de fatores históricos e políticos mais profundos, relacionados, inclusive, ao próprio processo de formação do Estado da Guiné-Bissau no início da década de 1970. Segundo Koudawo (2001),

as causas profundas da guerra civil guineense estão relacionadas a fatores históricos e políticos acumulados desde o processo de independência, incluindo as dificuldades de reintegração dos antigos combatentes, as desigualdades entre grupos ligados à luta de libertação, a permanência de vínculos entre as Forças Armadas e o PAIGC, as limitações da transição do partido único para o pluralismo político e as fragilidades institucionais do Estado, marcadas pela má governação, pela ineficiência administrativa e pela falta de transparência na gestão pública.

Conforme explica Sousa (2012, p. 51), entre os fatores que contribuíram para a eclosão da Guerra Civil da Guiné-Bissau (1998-1999), destaca-se o agendamento, pela Comissão Parlamentar de Inquérito, da apresentação do relatório sobre o tráfico de armas, conforme se observa no trecho a seguir:

[...] e ainda o fato de a comissão parlamentar de inquérito ter agendado para o dia 8 a apresentação do relatório sobre o tráfico de armas. No decurso das inquirições, os trabalhos da comissão parlamentar, entretanto criada, foram obstaculizados. Vários officas que deveriam ser ouvidos nunca compareceram às audições. Ansumane Mané acabaria por ser afastado do lugar, através de um decreto presidencial, a 5 de junho, tendo sido nomeado para o seu lugar o brigadeiro Humberto Gomes. Como se sabe, o relatório divulgado em abril de 1999 veio ilibar completamente Ansumane Mané, o que levou Nino Vieira a considerá-lo uma pura “mistificação”. A exoneração de Ansumane Mané conduziria a Guiné-Bissau a uma guerra civil de consequências incalculáveis, quer em termos de perdas humanas quer no que dizia respeito à destruição das poucas infraestruturas do país.

Ao analisarmos atentamente o argumento de Sousa anteriormente apresentado, podemos observar que o autor demonstra como as tensões políticas e militares já se encontravam bastante agravadas na Guiné-Bissau e como a exoneração de Ansumane Mané contribuiu diretamente para o desencadeamento da guerra civil, provocando impactos humanos, políticos e estruturais no país.

Na sequência, Silva (2017) afirma que o conflito político-militar de junho de 1998 representou um período marcado pela perda de diversas oportunidades para a Guiné-Bissau,

além do agravamento da crise socioeconômica e da perda de numerosos quadros qualificados formados no país. Com base em Sousa (2012, p. 59), o autor destaca que, após a guerra de 1998-1999, o país não conseguiu aproveitar a oportunidade de implementar reformas estruturais importantes que poderiam contribuir para sua modernização antes da realização de novos processos eleitorais.

Sousa (2012, p. 59-60) argumenta que a pressão exercida pela comunidade internacional para a realização rápida de eleições após o conflito limitou a possibilidade de a Guiné-Bissau aproveitar aquele período para consolidar estruturas políticas mais estáveis. Segundo o autor, essa conjuntura dificultou a criação de mecanismos institucionais capazes de prevenir novos confrontos pelo poder e de fortalecer um regime democrático sustentado por atores políticos com maior legitimidade.

Portanto, considerando que o conflito político-militar de junho de 1998 a 1999 constituiu uma guerra devastadora e desnecessária, imposta de forma injusta ao povo da Guiné-Bissau (Gomes, 1998; Silva, 2017).

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, com o propósito de compreender a relação entre o Estado pós-colonial e a instabilidade política na Guiné-Bissau, com enfoque no conflito político-militar de 1998-1999. A abordagem qualitativa possibilitará a análise dos aspectos históricos, políticos e sociais relacionados ao tema, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos acontecimentos e das dinâmicas que contribuíram para a crise política no país. Segundo Mendonça (2014), a pesquisa qualitativa busca conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados acerca da situação-problema investigada e requer do pesquisador atenção às pessoas envolvidas na pesquisa, considerando suas ideias e concepções.

Dessa forma, conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais previamente elaborados, principalmente livros e artigos científicos. O autor destaca que, embora esse tipo de pesquisa esteja presente em praticamente todos os estudos, existem investigações desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa será fundamentada em revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e outras produções acadêmicas relacionadas ao Estado pós-colonial, à instabilidade política, aos

conflitos militares e à história política da Guiné-Bissau. Também serão analisados documentos históricos e materiais publicados sobre o conflito político-militar de 1998-1999, para compreender suas causas, consequências e impactos na estrutura política e social do país.

A análise dos dados será realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar os principais fatores que contribuíram para a instabilidade política e para a significativa influência das forças militares no cenário político guineense. Dessa forma, a pesquisa pretende construir uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelo Estado pós-colonial no processo de consolidação da estabilidade política e democrática na Guiné-Bissau.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2026.2	2027.1	2027.2	2028.1
Componentes curriculares.	X	X	X	X
Revisão bibliográfica e documental.		X	X	
Leitura e análise das fontes.		X	X	
Redação dos capítulos.			X	X
Revisão e correção do texto.				X
Apresentação (defesa) do TCC.				X
Revisão final, ajustes pós-banca e depósito do TCC.				X

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Lúcia. **A forma republicana**: uma introdução ao estudo do direito constitucional. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.
- BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau: 1998-2012**. 2016. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CÁ, Luizinho Jorge. **Instabilidade governativa na Guiné-Bissau**: o caso da crise política e institucional da nona legislatura. TCC (Graduação) - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4643>. Acesso em: 13 jun. 2026.
- CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. **Lusotopie**, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991. Acesso em: 14 maio 2026.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOMES, Antonieta Rosa. O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. **7º Congresso Ibérico de estudos africanos**, p. 1-18, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/entities/publication/f744967b-858b-4e6e-bccf-e8a409ce9ca5>. Acesso em: 12 jun. 2026.
- KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde Guiné-Bissau**: da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: INEP, 2001.
- MENDONÇA, Ana Waley (org.). **Metodologia para estudo de caso**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.
- MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 7. ed. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
- MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Tomo VII. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- MONTEIRO, António; MORGADO, Marcos. **Last Chance for Security Sector Reform in Guinea-Bissau**. Lisboa: IPRIS, 2009.
- MOREIRA, José. Desafios políticos de Guiné-Bissau pós-independência: status de Estado frágil. **Revista CEDEPEM**, v. 4, n. 1, jan./abr. 2024.
- NHASLAMBÉ, Luís Carlos Mida. **Processo decisório em política externa**: como as características constitucionais da Guiné-Bissau contribuem para a instabilidade política crônica do país. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5664>. Acesso em: 15 maio 2026.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/87c797b7-dc29-491b-969b-b483cf87417e>. Acesso em: 13 maio 2026.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 95-136, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/588>. Acesso em: 5 maio 2026.

SILVA, Marcelo da. **A formação de professores de geografia na Guiné-Bissau: permanências e rupturas da colonialidade na prática docente**. 2024. Tese. (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis–SC, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263860>. Acesso em: 17 maio 2026.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a destruição de um país desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional**. Coimbra: Pantone, 2012.